



Oficina “Reflexões sobre a categoria Resex”

Objetivos:

- Avaliação do contexto das Reservas Extrativistas;
- Definição de propostas de diretrizes para a sua gestão;
- Reflexão sobre o futuro das ResEx;
- Contribuir com o debate mundial sobre a categoria VI – IUCN e áreas de conservação comunitária;
- Subsidiar publicação WWF oferecendo ao Estado uma base de discussão.

Renato Sales: Apresentação relatório de consultoria:

Análises e Propostas para Consolidação da Categoria Reserva Extrativista.

(Apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

Apresentação de documentos legais e administrativos consultados e propostas de ações prioritárias para consolidação da categoria:

1. Aumentar a vigilância, priorizar a elaboração de Planos de Utilização, tomar medidas preventivas e negociar com as populações do interior e entorno das reservas
2. Aumentar a proteção de reservas com as mais altas taxas de vulnerabilidade
3. Incentivar a divulgação das ações postas em práticas e dos resultados obtidos pelas reservas

Eixo Temático 1

Criação de Reservas Extrativistas e Regulação Fundiária

1. Leonardo Pacheco/ICMBio

Criação de Resex

(Arquivo disponível em power point)

Apresentação de base legal.

Procedimentos da criação

ICMBio → Procuradoria Federal Especializada → MMA → Casa Civil

Oito propostas de criação consolidadas
130 demandas novas

Após criação, regularização é principal demanda com relação às Resex.

2. Ludmila Caminha Barros

Regularização Fundiária: A experiência da Resex Verde Para Sempre Porto de Moz - PA

(apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

- Regularização Fundiária
- Registro de Terras
- Identificando os detentores
- Verificando a informação
- Apontando as fraudes
- Ação judicial

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- As reservas vêm sendo criadas, mas a questão fundiária não é tratada apropriadamente. Antes devem ser feitos estudos fundiários e não há recursos humanos para fazê-lo.
- Para fazer titulação da comunidade por CDRU é preciso identificar quais as alienações feitas anteriormente nas áreas. É preciso fazer panorama para fazer titulação da comunidade por CDRU.
- O Judiciário local não conhece aparato que protege a população, não conhecem o SNUC e moradores das reservas, por falta de conhecimento da legislação, são considerados réus em processos fundiários.
- 50% dos problemas depois da criação da Resex estão relacionados com limites e beneficiários. Muito problema seria evitado com estudo mais refinado. No entanto, há um empasse: antes criticava-se que ICMBio demorava demais para fazer o estudo, mas é um procedimento necessário para que definir melhor o espaço e para que as pessoas do local fiquem sabendo mais sobre o que está sendo criado.

Eixo Temático 2

Resex como território produtivo

1. Elektra Rocha e Alberto Tavares/WWF-Brasil -

Cadeias Produtivas Florestais Comunitárias – Castanha da Amazônia, Óleo de Copaíba e Látex nativo para produção de FDL: Produção, Manejo, Controle de Qualidade e Comercialização

(apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

- Áreas de Atuação no Bloco Acre-Purus e Itenez-Mamoré
- Ação principal do projeto é fortalecer economia de base florestal sustentável nos blocos de conservação por meio do uso da biodiversidade brasileira.
- Estrutura de cadeia produtiva: acordos produtivos; plano de manejo; laudos de qualidade; busca e prospecção de mercados.
- Ações do WWF por trás da cadeia – produção e controle de qualidade, comercialização e manejo sustentável.
- Folha Defumada Líquida: qualidades técnicas; qualidades sócio-ambientais são principais diferenciais da atenção a essa cadeia produtiva que foi estabelecida no segundo semestre de 2007.
- Valorização da identidade e auto-estima das comunidades extrativistas, uma vez que seringueiros são uma categoria em extinção.

2. Leonardo Gama/ Pangea

Reserva Extrativista de Canavieiras

(apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

Reserva criada em 2005

2.300 comunidades

Resex encarada como processo de luta pela sobrevivência.

- Principais atividades produtivas: agricultura (familiar e coco), pecuária e pesca (marinha e estuarina) – uso de subsistência e excedente é vendido.
- Pecuária de forma familiar – galinha, porco, bode, carneiro – em pequena quantidade.

Criação de gado é problema na região. Cultivo de gado é sempre extensivo, concentrado em poucos proprietários.

Pesca marinha – arrasto de camarão. Problemas com barcos de fora que vão à região pescar camarão. Geralmente são barcos grandes que têm maior estrutura para se manter no mar mais dias. Único comprador paga muito pouco – R\$ 2,00 KG.

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- O subsídio da borracha no Acre
- Cotas de extração nas cadeias produtivas
- Monitoramento da produção

- Pagamentos de serviços ambientais e não apenas de subsídio atrelado ao processo produtivo
- Pesquisa de mercado de identificação de clientes
- Incentivo de políticas públicas
- Trabalho com as comunidades sobre capacidades aquisitivas para utilizar bem os recursos adquiridos

Eixo Temático 3

Instrumentos Legais de Planejamento

1. Arlindo Gomes

Processo de Elaboração do Plano de Manejo da Resex Cazumbá

(apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

Etapas de elaboração:

Diagnóstico

Estrutura de Gestão

Plano de Utilização

Zoneamento

Programas de Manejo

Sistematização das informações e etapas finais

Custo aproximado: 150mil reais

Lições aprendidas:

Necessidade de capacitação continuada em todos os processos, principalmente no plano.

Criação do Conselho e Plano de Manejo de forma integrada é estratégia positiva

Desafios destacados:

Harmonizar “tempo das comunidades” e “tempos institucionais”

Conhecimento tradicional x escalas amazônicas

Dificuldade em estabelecer indicadores mensuráveis

Desafios para o futuro:

Divulgação do Plano de Manejo

Ampliar fluxo de informação entre as diversas instâncias de gestão

Monitorar e avaliar a implementação do Plano de Manejo

Não ter muita expectativa sobre o Plano de Manejo

2. Stanley Arguedas Mora (Costa Rica)

Planificação Participativa: planejando com a gente e não para gente - Empoderamento das Comunidades de Planejamento (apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

Muitas áreas protegidas foram criadas sem o consentimento da população

Princípios dos Enfoques Ecosistêmicos:

A gestão deve ser descentralizada até o nível mais baixo

Todos os setores da sociedade devem intervir

Participação não é moda, mas uma dívida

Definição de níveis de participação:

Oposição; Indiferença consciente, informação, consulta, decisões conjuntas e ações conjuntas.

Diferentes etapas práticas:

Desenho do processo, elaboração de diagnóstico (participação no resgate de informações), definição do sonho (parte mais importante da participação – é uma decisão política), desenho das ações, consolidação do plano (participação com o apoio ao processo de oficialização) e execução do plano (a participação deve estar no nível mais alto – devem estar estabelecidas responsabilidades de cada um).

Elementos a considerar para uma participação mais efetiva:

Diferença entre participação e decisão democrática

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- O processo de participação começa com capacitação das comunidades. Distância entre comunidades e técnicos não pode ser desculpa para não capacitar.
- Apoio do Fundo Nacional para o Meio Ambiente

Eixo Temático 4

O Papel do Estado e das Comunidades

1. Aginaldo Queiroz/GTA

Papel das Comunidades

(apresentação disponível em arquivo PowerPoint)

Papel da comunidades:

1. Fortalecer a associação mãe antes de começar o trabalho. Deve ser feita assembléia geral, reunião do conselho administrativo e reunião da diretoria. Conselho administrativo determina conduta política da associação dentro da Resex.
2. Vigiar e zelar pelo patrimônio da Resex. Exemplo de sucesso no Baixo Juruá.
3. Produção – muitas vezes governo quer que esse seja primeiro item, mas não querem fazer produção sem qualidade

4. Capacitação do capital social
5. Participar das discussões sobre o Plano de Manejo
6. Se informar sobre as políticas públicas

Papel das associações mães:

1. representar interesses da comunidade
2. identificar e estabelecer parcerias
3. entidades para formar conselho deliberativo
4. Cobrar do órgão gestor implementação das políticas previstas
5. Participar de eventos formativos
6. Propor projetos para fortalecimento institucional e extrativista/produtivo

Papeis das entidades parceiras:

1. oportunidade de oferecer capacitação
2. denunciar descasos
3. indicar oportunidades de captação de recursos via projeto
4. Colaborar com Conselho
5. Apoiar as lideranças

2. Alexandre Cordeiro – DIUSP/ ICMBio –

Papel do Estado

Desde o governo Lula, aumentou solicitação para criação dessas das categorias Resex e Rds. 130 demandas. Tentando trabalhar 80.

Número total de Unidades Resex e RDS é 57.

Ao todo, 69.275 famílias atendidas. Porém, acredita que número é subestimado; estima-se 80 mil famílias.

Crítica de que ICMBio continua criando reservas sem que haja gestão ou que modelo seja implementado por completo. Por outro lado, não é possível não atender as demandas das comunidades do litoral brasileiras que estão sendo expulsas. O mesmo acontece no Cerrado e na Amazônia.

A parceria com terceiro setor é necessária em dois pontos cruciais: consolidar cadeias produtivas, com destaque para capacitação dos conselheiros e concessão real de uso.

3. Mary Allegretti

O devir das Resex

Apresentação com foco no ciclo de vida das Resex.

- Primeiramente, foi o momento de embate relacionado à questão da defesa da floresta como meio de vida. Isso ocorreu na década de 70, numa ação de movimentos sociais que desembocou no conceito de Reforma Agrária.
- O segundo momento é a construção do conceito de Resex para ser uma política pública construída. O Estado não aceitava o conceito porque este questionava bases muito profundas de poder.
- A terceira fase acontece depois da construção do conceito. A década de 90 foi o momento em que o Estado aceitou o conceito porque não podia mais ficar fora do debate; sofria pressão internacional e nacional. Nessa fase, começa um momento de institucionalização, que é quando começam a serem estabelecidas normas.
- A Resex é um contrato entre Estado e comunidades, é política pública que expressa contratos. O conjunto de regras, deveres, e direitos estabelecidos são mútuos e, portanto, tanto o Estado como as comunidades devem trabalhar para que a parceria aconteça. É uma relação que deve ser constantemente revista e compactuada.
- Os jovens não são mais socializados com os pais na floresta e esta não é mais parte da vida deles. Estão perdendo as raízes, que passam a ser urbanas e não florestais. Nesse contexto, qual a relação que essas pessoas vão ter com a natureza e os recursos naturais?
- O patrimônio intrageracional: se os riscos desaparecem porque pessoas estão estáveis elas começam a se estabilizar e economizar e transmitir seu patrimônio para os filhos. E a pecuária é um patrimônio que pode ser transmitido.
- Se as reservas são públicas e a comunidade cumpre um papel no qual está fazendo um serviço que interessa a todos, o futuro da reserva extrativista depende de reativar essas alianças. O segredo da política são as alianças. Repactuando essas alianças a gente pode conseguir um futuro melhor.

QUESTÕES LEVANTADAS:

- Os modelos de gestão são fundamentais para gente reaprender a lidar com a natureza.
- Como fazer esse pacto social? Como fazer com que eu participe desse pacto não deixando apenas nas mãos das comunidades?
- O que chamamos de comunidades? Porque talvez não exista mais um comportamento de coletividade
- Um problema é que as políticas públicas mudam todo dia e isso não permite uma incorporação.
- Terceiro setor tem que ajudar a fazer a capacitação. Necessidade de capacitação tanto do estado quanto comunidades.
- Papel de pesquisador é diferente e se estabelece uma parceria de diferentes. Eu posso oferecer aquilo que eu faço e essa é nossa responsabilidade de sociedade civil.

- o que está acontecendo é que há uma enorme ausência do poder público com relação à segurança, educação, políticas públicas. Dessa forma, as lideranças estão interessadas em implementar essas coisas básicas e as comunidades acabam perdendo seu planejamento estratégico.
- Eu acho que ONGs precisam abrir duas linhas de capacitação: uma dos gestores públicos, os colocarem para ter aulas com os líderes, com pesquisadores, e outra é que tem que fazer escolas técnicas dentro das reservas.

Apresentações das discussões em grupos:

Grupo 1 –

Criação e Regulação Fundiária

FACILIDADES:

- Existência de políticas públicas específicas para as comunidades e povos tradicionais.
- Existência de um ambiente técnico e institucional favorável a recepção e encaminhamento de demandas para criação de reservas extrativistas.
- Existência de normas técnicas específicas para criação de RESEX.
- Colaboração pontual do MPF.

DIFICULDADES:

1. Falta de transversalidade da política ambiental com outras políticas públicas (PAC).
 2. Falta de capacitação dos gestores para conduzir processos de criação de forma participativa.
 3. Falta de segurança física e assistência jurídica aos grupos demandantes da criação de reservas extrativistas durante o processo de criação e regularização fundiária.
 4. Falta de controle público do sistema de registro de terras.
1. Inexistências de normas procedimentais
 2. Recursos financeiros para a logística e compra de equipamentos (demarcação).
 3. Desconhecimento por parte dos demandantes dos direitos civis.
 4. Permanência dos supostos proprietários e ex-patrões na área da RESEX.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

1. Capacitação dos demandantes em direitos civis.
2. Informação e envolvimento dos demandantes o processo de regularização fundiária.
3. Instituir procedimentos técnicos para levantamento fundiário, Concessão de Direito Real de uso para RESEX, Termo de Compromisso, negociação entre órgãos públicos para cessão de terras.
4. Criar e fortalecer capacidade institucional dos órgãos gestores.

5. Fazer a proteção possessória dos beneficiários da Resex de forma rotineira. Isso não existe e os moradores ficam totalmente expostos.
6. Capacitação de gestores para lidar com conflitos socioambientais originados pela falta de regularização fundiária. -

FUTURO:

1. Fortalecimento institucional das organizações locais.
2. Políticas públicas de suporte às atividades florestais
3. Presença de estado: infra-estrutura, serviços públicos, além de ações de comando e controle.
4. Apoio da sociedade civil organizada .
5. Direito à terra assegurado (segurança social). Não se tem segurança nas relações de propriedade de terra e é preciso ter.
6. Gestão territorial comunitária autônoma e eficiente com participação mínima do estado – Chegar a um equilíbrio quanto a atividade do Estado. Descentralizar a gestão do estado que não tem capacidade de fazer tudo.

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- Existência de um contexto de maior facilidade para criação de Resex em geral
- A compensação ambiental como facilidade para criação e regularização. O reconhecimento pelo Supremo consolidou o instrumento.
- Órgãos ficam muito restritos à desapropriação e as concessões reais de uso não entram muito nas discussões.
- Deve-se começar a pensar na terceirização e isso inclui as organizações que defendem as comunidades. Ações em diversas frentes podem se flexibilizar processos.
- É preciso pensar não só o tamanho da ação do Estado, mas do tipo de Estado.
- Resex foi inicialmente criada como instrumento de Reforma Agrária e depois foi levada para o sistema de unidades de conservação. Os moradores das Resex são beneficiários da Reforma, são beneficiário do PRONAF
- Diagnósticos são importantes porque muitas vezes alimentam o plano de manejo. É preciso pensar na melhor forma de fazer diagnóstico, quais perguntas devem ser inseridas.
- O tamanho da reserva é uma grande discussão. Deve se levar em conta a capacidade de gestão, de controle, mas ao mesmo tempo existem áreas que não foram protegidas e que já acabaram.
- Precisa se apostar na lógica de zoneamento e pensar na integração de unidades separadas, o mosaico.
- Precisa de políticas publicas do Estado de difusão do conceito de Resex.

- Sobre a regularização, há uma necessidade de criar procedimentos inovadores para mudar a configuração.
- Sobreposição das áreas com terras indígenas
- Redelimitação da área, porque fonte de alimento ficou fora da reserva
- Estado não considera unidade como área de ordenamento territorial e de produção

Grupo 2

Apresentação Luiz Augusto - WWF

ResEx como territórios produtivos

FACILIDADES:

- Abundância de matérias-primas, disponibilidade de recursos humanos, conhecimento tradicional sobre o uso de recursos naturais estratégicos;
- Áreas viáveis para receber o pagamento pelos serviços ambientais;
- Aumento da sensibilidade do mercado por produtos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos (sociobiodiversidade); mercado que vêm aumentando e é muito importante.
- Há suficiente marcos regulatórios (preço mínimo, crédito pronaf, manejo dos recursos, populações tradicionais) que permitem transformar situações potenciais numa realidade que reverta em benefícios concretos para as populações. –
- Delimitação do espaço territorial que facilita o planejamento produtivo. Resex tem espaço delimitado que facilita esse planejamento para a produção.

DIFICULDADES:

- Pouca efetividade das políticas públicas já conquistadas que permitam um salto qualitativo da produção.
- Concorrência com produtos provenientes de atividades predatórias;
- Em áreas onde a unidade de produção é familiar há a dificuldade de assumir uma estratégia coletiva de produção, comercialização.
- Áreas isoladas com dificuldade de acesso, sem infra-estrutura e assistência técnica pouco qualificada para lidar com a diversidade da floresta;
- A aplicação das legislações para manejo, beneficiamento, armazenamento e comercialização são excludentes (carência de alguns marcos regulatórios para produtos florestais)
- Escala de produção de novos produtos associado a baixa liquidez não permite a universalização dos benefícios.
- Dificuldade dos assessores técnicos em compreender a realidade local e construir propostas que valorizem o conhecimento e iniciativas locais;

AÇÕES:

- Programas de capacitação e fortalecimento institucionais que atendam as demandas locais;
- Formulação e adequação de normas factíveis para consolidação de cadeias produtivas;
- Maior foco na capacitação e formação de lideranças (com especial atenção aos jovens);
- Presença do Estado – para alavancar processos de gestão
- Inserção de novas alternativas econômicas adaptadas ao calendário produtivo das comunidades (identificar lacunas no calendário para propor o desenvolvimento de novos projetos); sem levar em conta o que eles já fazem.

FUTURO:

- Plano de manejo como instrumento de gestão dinâmico e adaptável a realidade e que reflita as demandas locais;
- Universalização de um sistema educacional voltado e alimentado para realidade local,
- RESEX promovem um marketing positivo, prestando serviços sociais, culturais e ambientais valorizados pela sociedade como todo (interno e externo);
- Necessário que elas se transformem e sejam vistas como aspecto positivo e não conotação negativa que tem hoje.
- Jovens valorizados e defendendo o conceito de Resex;
- Serviços ambientais prestados pelas RESEX sendo pagos e efetivamente aplicados na unidade
- Produtos e serviços gerados nas unidades operando na legalidade (com punição da ilegalidade) e com controle social;
- Garantia dos direitos adquiridos das comunidades na RESEX (funditários, acesso a informação e serviços básicos).

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- Incertezas de mercado e processos ecológicos devem ser incorporados no processo de planejamento de produção
- Existem outros fatores que afetam a estrutura da cadeia produtiva: competição, oferta e demanda, disponibilidade dos recursos naturais, o interesse da comunidade em trabalhar e a capacitação.
- Dificuldade de escoamento da produção é o primeiro e em segundo a falta de frente de incentivo à produção
- Debate sobre pagamentos de serviços ambientais hoje está muito restrito ao carbono. Preciso lembrar das redes de conservação e espaços produtivos com conservação.
- Qualidade da produção que representa a implementação da lógica do mercado se impondo na comunidade. É preciso achar uma mediação. Uma saída é responsabilizar os setores que compram das comunidades e fazer com que apoiem esse trabalho das comunidades como clientes que investem em seus fornecedores.
- A produção representa a entrada de dinheiro na comunidade. A monetarização traz entrada de elementos “modernos” que modificam a visão de mundo e relação com a floresta.

- Falta marco regulatório sobre produtos madeireiros e extração madeireira nas Resex.
- Está faltando a qualificar as comunidades para parcerias para uso de artigos da biodiversidade, que é um campo econômico sólido para parcerias.

Grupo 3

Apresentação Daniel – ICMBio

Instrumentos legais de planejamento

1. Quais os principais instrumentos legais de planejamento disponíveis para as ResEx?

- SNUC – exige a elaboração de planos de manejo para a categoria
- IN 01 2007 – traz um roteiro que incorpora a participação no planejamento
- IN 02 2007 – formação de conselho – atribuições do conselho: planejar e aprovar P Manejo
- IN 03 2007 – criação e ampliação de Resex
- Estado do AM – SEUC Lei complementar 57 / 200
- Guia do Chefe (orientações)
- Avaliações de gestão: RAPPAM, TT, FAUC
- Avaliação da Efetividade de Implementação de UCs do AM e Roteiro para elaboração de planos de gestão: institucionalizada pelo Estado do AM, como ferramenta de apoio à gestão.
- Plano Nacional de Áreas Protegidas
- Convenções internacionais: CDB

FACILIDADES:

- Marco jurídico referencial. As IN são referência para o gestor como orientadoras nos processos de planejamento e práticas de gestão

DIFICULDADES:

- Os instrumentos legais não incorporam as especificidades existentes
- Busca de formalização deixa os processos lentos

- **Obs:** entendimento dos instrumentos legais pelas populações é difícil. Necessária a “tradução” .

AÇÕES:

- Aplicação de instrumentos ou ferramentas complementares aos instrumentos legais
- Fazer valer a participação da sociedade vinculada à Resex no processo de planejamento, o que inclui uma mobilização bem feita
- Captar recursos
- Elaborar guias metodológicos efetivos para planejar bem, com conceitos e processos (ou procedimentos)
- Durante o planejamento, compatibilizar diagnósticos com ações planejadas (programas), sempre com entendimento claro da visão.

FUTURO:

- Cumprir seu objetivo legal, considerando as especificidades das unidades de conservação
- Atender a missão, fazendo cumprir a visão da UC
- Alcançar a gestão participativa em todos os níveis possíveis (obs: o papel do Estado é insubstituível). O Estado tem que cumprir com seus compromissos.
- Quebra de relações assistencialistas.

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- Resex nasce com essa lógica de gestão compartilhada. Estado deve estar na reserva e ficar clara a divisão de responsabilidade.
- O Brasil deve influenciar mais a definição de modelos gerais internacionais. Necessário levar nosso debate para fora. Colaborar com debates internacionais.
- Com plano de utilização substituído pelo Plano de Manejo, houve passagem de sistema de conhecimento tradicional para conhecimento científico. Hoje há uma crise de acesso aos recursos e necessidade de fazer novo pacto para tentar meio termo entre plano de utilização antigo e plano de manejo, que deve ter outro olhar sobre a ciência usada para olhar os recursos.

GRUPO 4

Apresentação Juan

O papel do estado e das comunidades

Papel instituições federais, estaduais e municipais

- Estratégias de longo prazo para representação de objetos de conservação e modelos e possibilidades de aprendizagem de formas de se relacionar com a natureza;
- Implementar efetivamente ações de fiscalização;
- Investir em infra-estrutura básica;
- Simplificar os instrumentos de gestão;
- Capacitar os técnicos gestores;
- Trabalho integrado de diferentes órgãos do governo;
- Integração dos diferentes níveis governamentais;
- Prover serviços sociais básicos (educação, saúde, saneamento diferenciados);
- Políticas públicas diferenciadas – extensão, saúde, educação
- Resgatar e fortalecer os conhecimentos e praticas tradicionais – saúde, educação, produção, etc
- Ampliar debate, nivelamento conceitual sobre objetivos da Resex;
- Estratégias a longo prazo para criação de novas áreas;
- Revisão e consolidação da legislação em consenso com a população (INs);
- Garantir o funcionamento dos dos sistemas, da conservação, particularmente das UCs e da produção de base comunitária;
- Regularização fundiária e concessão real de uso;
- Sistematizar ações e lições;

Papel comunidades extrativistas

- Participar da gestão e da implementação;
- Pautar o órgão gestor;
- Momentos coletivos de discussão e participação;
- Monitorar, avaliar e cobrar as ações de responsabilidade do estado;
- Qual deve ser o papel do estado e das comunidades em relação ao mercado?
- Se relacionar com outros setores sociais e procurar o convencimento na defesa do “modelo/ conceito” ResEx.
- Se organizar para definir mecanismos de gestão e implementá-los;
- Construção efetiva dos regulamentos técnico-burocráticos pelos moradores;
- Ter claro os interesses comuns da comunidade;
- Informar seus objetivos para a criação de uma reserva e buscar um acordo com o Estado;
- Garantir a vigilância da área;
- Proteger os recursos naturais das Resex- vigiar;
- Manutenção das praticas tradicionais;
- Atividades produtivas voltadas para a realidade sociocultural;
- Realizar atividades de acordo com a realidade sociocultural e “querência”;

Efetiva participação das comunidades na gestão

- Garantir a representatividade;

- Repensar/ reconsiderar quais são os espaços de participação;
- Minimizar conscientemente os monólogos;
- Fortalecer/ reciclar organização de base;
- Formação de novas lideranças;
- Os mais poderosos têm que se dispor a ouvir
- A autodeterminação tem que ser autosustentada. Há duas dimensões: política e econômica. Ninguém participa apenas pelo fato de participar ou por princípios políticos. A dimensão política e econômica devem estar juntas. O afastamento inviabiliza ambas.
- Reconhecimento de uma crise das representações da sociedade civil as quais devem fortalecer seus núcleos de base e não objetivos que as distanciam de seus fins.
- Oportunizar formação e intercâmbio.
- Simplificar os instrumentos – do simples ofício ao plano de manejo.

Devir

- Serem felizes - na concepção deles.
- Balanço entre o Êmico e o Ético;
- Abandonar o mito do bom selvagem;
- Fortalecer partes do conceito de original da aliança: relação sinérgica entre conservação e Desenvolvimento Sustentável.
- Apoio com mecanismos do Estado, da cooperação, etc, para apoiar e melhorar os modelos de gestão comunitária, inclusive as representações e intermediações;
- Articulação organiza entre os “territórios Resex” em uma “rede” que revitalize o movimento sociopolítico e possa constituir também ser uma rede de produtores para encarar o mercado;
- Fortalecimento das organizações representativas sob o aspecto político.
- Comunidades tenham acesso aos recursos da Resex;
- Que as comunidades sejam fortes, nas suas relações sociais, podendo se representar, reivindicar, se organizar, inovar...
- Não abstrair as condições sociais, políticas, ambientais às atividades econômicas;
- Que haja aliança entre o conhecimento local e o “o oficial/ ocidental/ científico”.
- Educação, Internet, comunicação;
- Serviços básicos funcionando -
- O pagamento dos serviços ambientais: o RED como compensação direta as comunidades;
- Subverter a ordem dos instrumentos de gestão;
- Resex com Planos de Manejos consolidados e conselhos funcionando;
- Conselhos mais planos de manejo e de gestão consolidados;
- Resex deixem de ser fazendas do governo;
- Promover a articulação horizontal e vertical entre as instituições;
- Relações de igualdade – associações/ estado;
- Relação de igualdade por parte dos técnicos de governo e moradores
- Como contribuímos para criar as condições para restabelecer o pacto social (que defende o “conceito ResEx”) como atores sociais diferenciados(comunidades locais e outros atores sociais)?
 1. Soberania dos moradores na gestão da área;
 2. Retomar os objetivos originais;

3. Redefinir parcerias com outros segmentos;
4. Equilibrar as relações de poder através das parcerias

QUESTÕES LEVANTADAS EM DEBATE:

- Falar mais de estruturas de planificação consolidadas e não só do plano de manejo.
- Entender multiplicidade de interesses diferenciados de diversos atores para conseguir lidar com a diversidade.
- Criação das áreas tem que representar os valores de conservação e os valores de relação homem/natureza.
- Manutenção das formas tradicionais de produção precisa tomar cuidado para não estagnar e poder evoluir. Mudanças para melhorar.
- Para garantia da representatividade, três entes devem ser observados: comunidades e famílias, associações mãe e as parcerias.

Sistematização de pontos para aprofundamento:

- Inclusão de Resex na política de desenvolvimento
- Produção familiar e produção coletiva
- Monitoramento sócio-ecológico da produção
- Pagamento de serviços ambientais
- Instrumentos econômicos (redução da tributação de produtos comunitários)
- Linhas orçamentárias públicas para a gestão das Resex
- Crescimento populacional
- Assistência técnica
- Políticas de educação diferenciadas
- Inserir ensino técnico para comunidades assumir gestão
- Ensino por alternância
- Formação política e formação de novas lideranças
- Regulamentação e inovação
- Plano de uso, plano de manejo, conselho deliberativo e zoneamento

- Reconhecimento de diferentes visões/valores da natureza
- Maior participação das comunidades nos debates
- Gestão da informação e das pesquisas
- Como inserir Resex nos debates internacionais (IUCN, convenções, etc...)
- Desafios do futuro das Resex (mudança climática – mitigação e adaptação, pressão pelo uso do solo – biocombustíveis, soja, etc...)
- Regularização fundiária e CDRU
- Políticas de saúde diferenciadas
- Fortalecimento das organizações de base e discussão do papel das representações (CNS, STRs, etc...)
- Conectividade com reserva legal e APPs
- Inserção nos sistemas de UCs, conjuntos de UCs e mega-espços – visibilizando melhor quais objetivos de conservação são alcançados pelas Resex
- Fiscalização e vigilância
- Papel do gestor da unidade
- Cooperativismo e associativismo

Propostas de encaminhamentos:

1. Levar documento gerado para comunidades. Inserir CNS, Associações-Mãe, Comunidades, Conselhos.
2. Reflexão se esse grupo se mantém em debate virtual. Segundo encontro presencial para definir próximos pontos.
3. Instituições devem apresentar propostas de como poderiam contribuir para concretização das propostas.
4. Internalizar discussões no ICMBio e governos estaduais.
5. Usar mecanismo do ICM para debater Normativas.
6. Inclusão dos participantes nas listas da IUCN.
7. Incorporação dessa discussão no documento apresentado a COP.

8. Lista de Discussão
9. Disponibilização dos materiais desta reunião